



A construção da narrativa do Brics: logros na mudança da ordem mundial

The building of the BRICS narrative: achievements in changing the world order

La configuración de la narrativa de los BRICS: logros en el cambio del orden mundial

Marina Bolfarine Caixeta¹

José Paulo Silva Ferreira²

Mayara Christina de Carvalho³

Recebido em: 30 de abril de 2025

Aceito em: 27 de outubro de 2025

RESUMO

Este artigo investiga como o Brics tem construído sua narrativa contra-hegemônica e suas propostas de mudança na ordem mundial. A pergunta central é: como o Brics constrói sua narrativa ao longo de quinze anos, visando à transformação da governança global? O objetivo é analisar, por meio de método de análise de conteúdo, o conteúdo das declarações oficiais das cúpulas do bloco entre 2009 e 2023, buscando entender a consolidação de uma identidade comum e de propostas alternativas ao sistema internacional predominante. A hipótese é a de que o Brics opera uma narrativa coesa e simbólica, articulando interesses do Sul global e questionando a ordem vigente. Os dados foram coletados de quinze declarações oficiais, e a análise destacou categorias como desenvolvimento, cooperação e comércio, revelando uma atuação mais simbólica em direção à uma nova ordem mundial. O estudo explica a evolução das narrativas do grupo e suas implicações na política internacional.

Palavras-chave: *Brics, Sul global, narrativas.*

ABSTRACT

This article investigates how the BRICS has constructed its counter-hegemonic narrative and its proposals for change in the world order. The central question is: how has BRICS built its narrative over fifteen years, aiming at the transformation of global governance? The objective is to analyze, through content analysis methodology, the content of the bloc's official summit declarations between 2009 and 2023, seeking to understand the consolidation of a common identity and alternative proposals to the prevailing international system. The hypothesis is that BRICS operates a cohesive and symbolic narrative, articulating the interests of the Global South and questioning the existing order. Data were collected from fifteen official declarations, and the analysis highlighted categories such as development, cooperation, and

1 Doutora em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-americanos da Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora da área da cooperação internacional para o desenvolvimento e profissional com experiência em gestão de projetos de Cooperação Sul-Sul no Brasil; no presente, realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: marinabolfarinecaixeta@gmail.com.

2 Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Ciência Política e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CAPES. E-mail: josepaulosilvaferreira@gmail.com.

3 Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e jornalista. E-mail: mayaracomy@gmail.com.

trade, revealing a more symbolic stance toward a new world order. The study explains the evolution of the group's narratives and their implications for international politics.

Keywords: BRICS, Global South, narratives.

RESUMEN

Este artículo investiga cómo el BRICS ha construido su narrativa contrahegemónica y sus propuestas de cambio en el orden mundial. La pregunta central es: ¿cómo el BRICS construye su narrativa a lo largo de quince años, con miras a la transformación de la gobernanza global? El objetivo es analizar, mediante un método de análisis de contenido, el contenido de las declaraciones oficiales de las cumbres del bloque entre 2009 y 2023, buscando comprender la consolidación de una identidad común y de propuestas alternativas al sistema internacional predominante. La hipótesis sostiene que el BRICS opera una narrativa cohesionada y simbólica, articulando intereses del Sur Global y cuestionando el orden vigente. Los datos fueron recopilados de quince declaraciones oficiales, y el análisis destacó categorías como desarrollo, cooperación y comercio, revelando una actuación más simbólica orientada hacia un nuevo orden mundial. El estudio explica la evolución de las narrativas del grupo y sus implicaciones en la política internacional.

Palabras clave: BRICS, Sur Global, narrativas.

1 INTRODUÇÃO

Entre reforma e transformação da ordem mundial, o Brics se destaca tanto na literatura especializada quanto na prática política das relações internacionais, como uma das principais e mais notórias iniciativas do Sul global. Apesar do bloco reunir alguns países emergentes que se destacam em meio aos países ditos “em desenvolvimento”, observa-se no início deste século uma ascensão de todos aqueles dominados e até então silenciados – “*the rise of the rest*” (Zakaria, 2008). Essa nova arquitetura de poder global vai além dos aspectos econômicos e militares na discussão geopolítica e abrange também as diferentes perspectivas sobre o mundo e propostas para a governança global.

Essas disputas vão além da tradicional forma de exercício de poder e alcançam uma dimensão mais sutil e que se consolida ao longo do tempo: as narrativas. Após 15 anos de institucionalização do bloco, notamos uma identidade que o Brics tem assumido nas relações internacionais contemporâneas. Essa identidade se assenta na demanda por uma reforma da

governança global e suas instituições, na proposta de iniciativas contra-hegemônicas - como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) - e na expansão de seus membros agregando poder econômico e representatividade política em meio ao Sul global.

Essa configuração, no entanto, levanta questões que vão além da mera identificação de interesses: até que ponto o Brics representa e defende as demandas de um Sul global emergente ainda heterogêneo? E, ao mesmo tempo, em que medida ele se alinha às propostas do G77+China e se compromete com as causas dos demais países do Sul global? Diversos estudos têm direcionado seus esforços para compreender o potencial do Brics de contrabalançar a ordem vigente e de contribuir para a construção de uma nova ordem mundial (Autores, 2024). Paralelamente, investiga-se a medida em que o Brics pode instrumentalizar a política externa de atores mais poderosos, como a China (Giacaglia et al., 2022).

Para Abdenur e Folly (2015) há uma lacuna entre a construção de uma narrativa disruptiva, de um lado, e as iniciativas propostas

e resultados alcançados, de outro. Isso é algo que oferece risco, pois ajuda a promover interesses ocultos dos países-membros, esvaziando o sentido da ação coletiva e perdendo a missão como bloco político de países. Embora reconheçam que se trate de uma iniciativa anti-hegemônica, porquanto almeja um sistema multipolar. Não se configura como uma ruptura sistêmica ao visar à expansão de sua influência no mundo em vez de substituição das instituições tradicionais e estruturantes da ordem internacional - algo evidente nas declarações de cúpula.

Contudo, a forte atuação política do Brics tem sido reconhecida, sobretudo, pela sua natureza ideológica. Por um lado, o Brics promove formas de cooperação no eixo Sul-Sul para o desenvolvimento e retomada das narrativas do direito ao desenvolvimento e da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Por outro lado, o bloco lida com o desafio de reunir diferentes posições e preocupações na concertação global quanto às diferentes agendas e eventos políticos, quase sempre irreconciliáveis, mas unidos em torno de reivindicações comuns, identificadas com essa identidade e projeto do Sul global.

Para Bond e Garcia (2014), pode-se enumerar dez posturas ideológicas que explicam a imagem do Brics no atual cenário político internacional. Condiçoadas aos distintos “lugares de fala e atuação”, elas podem ser agrupadas em torno de quatro posições: (a) a de um Brics anti-imperialista, subimperialista e, mesmo, interimperialista (os *Brics de alto escalão*) que se diz respeito aos chefes de Estado e seus aliados das elites corporativas dos países; (b) aos favoráveis ao Brics (os “pró-Brics”), que esperam sua missão de desafiar as injustiças globais, e aos críticos e céticos que

aguardam ações mais ousadas, impactantes e anti-imperialistas e reúne atores da sociedade civil articulados no Fórum Acadêmico de intelectuais, sindicatos e ONGs (os torcedores dos *Brics*); (c) os apoiadores do Brics em função de seus negócios e da manutenção da velha ordem mundial capitalista (os *pro-West*); e (d) os apoiadores do Brics em função das redes de solidariedade e de defesa dos interesses públicos - composto por ativistas de base local e atuação global (os *BRICS desde baixo*).

Assim, uma das características mais marcantes da ascensão do Brics na presente ordem mundial é a construção dessas narrativas contestatórias. Ela parte de uma missão contra-hegemônica, assumida pelos países do bloco (imediatamente) e, de forma mediata, por aqueles pertencentes ao Sul global. Essa última, manifesta-se, sobretudo, na promoção da justiça social prevista no relatório da Comissão do Sul de 1990 e figura entre os ideais e princípios pactuados desde a Conferência de Bandung em 1955⁴.

Incontestável tem sido a ideia de que essa ascensão de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que agora se expande para Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos - é a evidência da transição hegemônica em curso. Observa-se uma desocidentalização do mundo, promovida pelo eixo sino-russo, rumo a outro mundo mais plural e multipolar, permeado de ideologias dissidentes e em busca

⁴ Na dimensão nacional, o Relatório da Comissão do Sul intitulado “*The Challenge of the South*” defende um desenvolvimento centrado nas pessoas e autossuficiente que reconhece que a justiça social [é uma parte integral e genuína da busca pelo desenvolvimento (South Commission, 1990, p.80); Prashad (2012, p.10) elege a justiça como um dos três temas centrais (junto à paz e pão-pobreza) como prioritários na enunciação dessa voz do Sul global.

da equidade no interior e exterior das nações - ao menos discursivamente.

Assim, a mudança das instituições, normas, interesses, ideologias, e culturas, complementa-se com a mudança na ordem retórica, reforçando a importante contribuição do Brics ao longo desse período na veiculação de informações, visões e ideias

The BRICS nations pose a challenge by providing a complementary, if not a counter narrative, especially in the context of international development. [...] The framing of a new global communication order would also entail reconfiguring discourses on communication and media systems in relation to international political and economic structures and dynamics (Thussu; Nordens-treng, 2021, p.8).

As narrativas veiculadas nas declarações oficiais do Brics parecem ter mais projeção na mídia global do que as iniciativas, instituições e normas propostas pelo bloco. A despeito da relativa pouca visibilidade do Brics na mídia brasileira em comparação com a atenção dada a certas agendas e políticas dos países membros (Santos; Cazzamatta, 2024⁵, é importante reconhecer que o agrupamento tem estado muito presente na mídia internacional, sobretudo associado às mudanças geopolíticas globais. Essa

5 “A partir de uma análise de conteúdo quantitativa e longitudinal (2011-2019), examinamos 1.451 matérias publicadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo. A imprensa brasileira discute, principalmente, potências globais, países em crise, estados vizinhos e os principais parceiros comerciais do Brasil. A China (5.1%) é o país dos BRICS com mais visibilidade, provavelmente devido ao seu poderio geopolítico e fortes laços econômicos com o Brasil. Questões relacionadas à Rússia (4.1%), especialmente aquelas envolvendo segurança e justiça, também recebem um foco considerável. Temas envolvendo a Índia (1%) e a África do Sul (0.8%) recebem significativamente menos atenção midiática. O próprio bloco BRICS exibe uma visibilidade relativamente baixa, o que pode dificultar o seu reconhecimento entre o público brasileiro.” (Santos; Cazzamatta, 2024, p.1).

presença, inclusive, tem contribuído para configurar uma nova ordem na comunicação, assentada na construção dessas narrativas - “*Framing a new global communication order would also entail reconfiguring discourses on strategic communication, including soft power*” (Thussu e Nordens-treng, 2021, p.9).

De fato, uma disputa por sentidos e interpretações é algo que não se pode negligenciar na política. Nesse sentido, este artigo discute a seguinte questão: Como o Brics tem construído sua narrativa ao longo desses quinze anos visando à transformação da ordem mundial? Por meio da revisão da literatura e da análise de conteúdo das declarações das cúpulas anuais, lançamos como hipóteses dessa pesquisa, que: o Brics tem operado na ordem discursiva mundial por meio da construção de uma narrativa coesa alinhada ao projeto e identidade do Sul global. Como pressuposto, assentamo-nos na ideia de que há uma reforma da ordem global em curso, promovida, dentre outros atores, pelo Brics.

A pesquisa se instrumentaliza pelo método da análise do conteúdo e pela técnica sistemática (ou automática) de exploração do *corpus* - as quinze declarações oficiais, produzidas após a realização das cúpulas de chefes de Estado e de governo do bloco. A partir de uma análise do conjunto de textos, a pesquisa propõe algumas categorias relevantes ao demonstrar a constituição de uma narrativa coesa e que opera simbolicamente na construção de uma outra ordem mundial.

Na primeira parte analisamos o Brics como ator que opera por meio da construção de narrativas por meio das quais contesta a ordem mundial vigente, assentado no Sul global, uma identidade e projeto na política internacional. Trata-se de uma perspectiva crítica e

construtivista que entende o Brics como um bloco contra-hegemônico que, portanto, busca atuar para uma transformação gradual das instituições do sistema internacional. Na segunda parte, apresentamos como a visão e proposta do bloco sobre a ordem mundial nova e alternativa está formalmente expresso nas declarações oficiais. Na terceira, explicamos como as posições do bloco em relação a distintos temas e agendas da governança global compõem essa narrativa construída para disputar poder com o Norte global, identificando as posições comuns alcançadas pelo bloco diante das divergências em busca de verificar como a heterogeneidade do Brics impacta seu potencial transformativo da política internacional. A partir daí se torna mais visível que a maior contribuição do Brics tem sido mais simbólica do que material, caminha lenta e continuamente para essa nova ordem mundial, de caráter mais reformador e menos disruptivo.

2 O BRICS E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS CONTESTATÓRIAS

A elaboração e veiculação de narrativas têm sido um importante instrumento de disputa e afirmação de poder, sob iniciativa tanto de atores privados quanto públicos. As narrativas servem muito bem ao exercício de poder. Por isso, estão em constantes disputas e fazem parte do processo de instituição e consolidação de determinados posicionamentos e visões de mundo, pois moldam tanto as atividades das organizações quanto o comportamento dos sujeitos.

Conforme explica Wendt (2014, p.127), “Instituições são feitas de normas e regras, que são fenômenos ideológicos - “modelos mentais

compartilhados”. Sabendo que a estrutura e a agência são mutuamente constitutivas e co-determinadas, as narrativas enunciadas pelos agentes se tornam um mecanismo por meio do qual os atores interagem e permitem que as ideias e identidades sejam compartilhadas entre eles. Dessa forma, a mudança estrutural é resultado da contínua definição e revisão dos agentes de quem eles são (em relação uns aos outros) e ao que pretendem ser.

Sabe-se que as reivindicações por voz e poder são parte do Sul global desde seu aparecimento nas relações internacionais. Assim, o Brics constitui-se em meio à geopolítica pós-colonial com um caráter anti-imperialista, conforme Wallerstein (2014),

Na esteira do declínio pós-hegemônico do poder, prestígio e da autoridade estadunidenses, o mundo parece ter se organizado em uma estrutura geopolítica multipolar. Na atual situação, com oito, dez e doze significantes potências políticas, os BRICS são, definitivamente, parte do novo cenário. Mediante seus esforços para forjar novas estruturas no cenário mundial, tal como a estrutura intrabancária, sentar-se lado a lado e substituir o Fundo Monetário Internacional (FMI), certamente estão enfraquecendo ainda mais o poder dos Estados Unidos em outros segmentos do antigo Norte em favor do Sul ou, pelo menos, dos próprios BRICS. Se a definição de anti-imperialismo é a redução do poder dos Estados Unidos, então o BRICS certamente representa uma força anti-imperialista (Wallerstein, 2014, p.485-486).

A despeito de não ser possível apontar um ponto de inflexão nesta transição promovida pelo Brics, há uma construção de narrativa em marcha que não pode ser desprezada. Da Conferência Afro-Asiática de Bandung de 1955 em diante, observa-se uma identidade coletiva para a constituição de um mundo mais justo, equilibrado e satisfatório para todos.

2.1 O Sul global: um projeto e uma identidade do Sul global para o BRICS

Os problemas enfrentados pelas nações mais pobres e a falta de representatividade nas instituições intergovernamentais – destaque para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) – somam-se à demanda por reparação histórica. Essa combinação reflete a consequente capacidade dos países do Sul de resolver os problemas sociais - algo inerente à emergência dos novos países no sistema internacional, criado pelo sistema colonial europeu. Assim, o Brics parece querer assumir o legado do então Terceiro Mundo e do atual Sul global por meio de um projeto coletivo para afirmar-se e vencer os desafios que lhe são inerentes. Nesse sentido, interessa o que estabelece a Comissão do Sul (1990) sobre os desafios enfrentados pelo Sul e, recentemente, o Congresso de Havana que retoma a ideia de NOEI - Nova Ordem Econômica Internacional⁶.

Prashad (2012) explica a proposta do Sul global como projeto, a multiplicidade colocada a serviço de objetivos comuns que sirva para protestar contra o *status quo* e criar um mundo melhor.

The global South is this: a world of protest, a whirlwind of creative activity. These protests have produced an opening that has no easily definable political direction. Some of them turn backwards, taking refuge in imagi-

ned unities of the past or in the divine realm. Others are merely defensive, seeking to survive in the present. And yet others find the present intolerable, and nudge us into the future. (Prashad, 2012, p.18)

Lembrando que esse projeto é eminentemente político, já que a solução para os problemas enfrentados pelo Sul não é de natureza técnica ou cultural. Os problemas sociais das desigualdades (no plural) se veem dentro e entre os países e estão relacionados à prosperidade, propriedade e ao poder, algo que precisa ser revisado por esse projeto. Tendo isso em vista, o Sul global é um lugar de grandes disputas e conflitos, o que requer diferentes táticas e estratégias projetadas - algo ainda inacabado, para Prashad (2012), e que perfaz a missão do Brics. Segundo esse autor, o bloco tem algumas limitações, a saber: (1) as políticas domésticas dos países membros parecem praticar uma espécie de “neoliberalismo com características do Sul”, com a venda de *commodities* e baixa remuneração do trabalho, em benefício do Norte; (2) a aliança ainda não foi capaz de criar uma fundação institucional com uma autoridade, a despeito da demanda por mais democracia na ONU, BM e FMI – o que talvez esteja emergindo no cenário mais recente (após 2014) com o NBD; (3) a formação do bloco não endossou uma alternativa ideológica para o neoliberalismo; e (4) o projeto do Brics não tem habilidade para desafiar o domínio militar dos Estados Unidos e da OTAN.

Além de um projeto político coletivo, o Sul global deve ser entendido como uma identidade na política internacional. Essa identidade enseja a necessária cooperação e solidariedade entre povos e países em vista da superação de um sistema desigual em vários aspectos (econômicos, sociais e políticos). Por isso, se torna uma oportunidade

⁶ A Declaração Final de Havana convoca todos a renovar o Movimento dos Países Não-Alinhados, a renovação da NOEI para o novo contexto do século XXI, a afirmar o poder do Sul global mediante criação de novas e alternativas instituições, buscar inspiração na revolução cubana para pensar a transformação ampla do sistema internacional, e a construção de um bloco planetário com pessoas e nações de forma a cultivar a solidariedade. Disponível em: <https://progressive.international/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

de se distinguir para se afirmar (Caixeta e Menezes, 2021). Brun (2022) fala de uma inversão de rótulos, já que esse Sul deixa de ser uma fraqueza e se torna uma força política para a veiculação de certas reivindicações, ideias e narrativas.

O Sul global como possibilidade de uma nova perspectiva para as Relações Internacionais (Tickner e Smith, 2021) é, também, o que Prashad (2012) ressaltou como sendo o potencial criativo do projeto do Sul global. E o que Cox (1981) propõe como sendo o papel da teoria crítica - que é aquela que se compromete com a mudança do curso da história e dedica-se a entender a complexidade política e social dos eventos, os pensando de outro modo. Ele deve fazer emergir e coexistir as múltiplas formas de vida (vozes e histórias) que estiveram escondidas por trás do projeto universalizante europeu/ocidental. Neste artigo, entendemos o Brics como um evento político que permite a construção de significados intersubjetivamente compartilhados na prática (política) social alterando a agência e as estruturas com forte apelo para as narrativas veiculadas e sua influência na opinião pública global (via mídia).

Por fim, baseamo-nos em Alden *et al.* (2010), para quem, no atual contexto, não se trata de questionar a inefetividade das instituições e iniciativas do Sul, mas reconhecer que as transformações em curso assumem tanto uma dimensão ideacional como material. A concretização das aspirações do bloco deveria ser averiguada pela associação entre a identidade coletiva do Sul e seus resultados concretos em termos político-econômicos. Uma leitura predominantemente materialista do Sul como um ator concreto torna-se difícil sem a devida referência à sua dimensão ideológica ou simbólica, e sem o reconhecimento do que essa ordem significa para a formação da opinião pública global.

2.2 As narrativas: uma mudança de dentro do sistema internacional

Por um lado, o Sul global nos convoca a assumir a perspectiva oferecida pela Teoria Crítica, em que a contra-hegemonia e reformismo instrumentalizam as análises - o que, também, nos faz pensar o mundo de outra forma. Por outro lado, a atuação desse Sul nos remete ao construtivismo, cujas formas de interação do bloco e seus membros com o sistema internacional também se manifesta na construção de sentidos e significados para os eventos internacionais. Ambos, entretanto, apontam para a importância das narrativas para o Brics, principalmente veiculadas nas declarações oficiais como meio de disputa de poder e reivindicação por uma governança global democrática em uma ordem mundial multilateral.

De fato, tanto as iniciativas propostas quanto as narrativas enunciadas pelo Brics explicitam descontentamentos contra a ordem vigente, questionamentos sobre a baixa representatividade da maioria dos países do mundo nas organizações internacionais, e reivindicações por um sistema mais justo contra o acirramento da diferença entre os privilegiados e os prejudicados com as normas de instituições financeiras e comerciais internacionais - a OMC, o FMI e o BM. Bezerra e Bueno (2022) explicam, através da Teoria Crítica, que os países se unem contra algumas (e não todas) das estruturas presentes no sistema internacional.

BRICS countries united their agendas against some (not all) structures present in the international system with which they disagree. As emerging countries, they started a dual movement: contesting outdated hierarchies and established structures of world politics while presenting an alternative view that stands for change; and building new forms of cooperation, including the creation of a new international organization. (Bezerra; Bueno, 2022, p.332).

Dessa forma, torna-se possível discutir a postura contra-hegemônica do bloco, tanto na sua dimensão material quanto ideacional e simbólica, tal qual sugere Cox (1981)⁷. Afinal, além dos recursos materiais e das instituições, as ideias formam parte da tríade de categorias que conformam as estruturas hegemônicas no meio internacional. A desconstrução dos discursos teóricos e das práticas sociais na base da reprodução do *status quo* em benefício dos privilegiados é uma das formas que Bezerra e Bueno (2022) enquadram o marco teórico crítico na análise do comportamento do Brics. O agrupamento também propõe alternativas emancipatórias à ordem dominante - por exemplo, o Novo Banco de Desenvolvimento.

Por meio do construtivismo social, investigamos como o discurso é parte de uma ordem social em que se disputa poder. Giddens (2013) sugere que há propriedades estruturais que governam os sistemas sociais (e políticos) que são compostas por esquemas interpretativos, elementos normativos e poder presentes nas práticas sociais. O que Giddens (2013) denominou como “estruturação” são as condições que governam a continuidade ou transmutação de estruturas. Ou seja, há uma instância intermediária que possibilita a interação entre os agentes, em suas práticas sociais, em uma determinada estrutura, formada por regras e recursos.

Essa interação entre agentes e estruturas ocorre por meio dos sistemas sociais. Há três instâncias desse sistema social onde ocorrem as

interações dos agentes, a saber: a significação, ou seja, os processos de construção de significados coletivos ou intersubjetivamente compartilhados; a dominação, tendo por base o acesso aos recursos de poder; e a legitimação das instituições (normas e regras) que já existem. Em uma dessas dimensões, a comunicação é o que possibilita essa interação na prática social entre os agentes - é onde se expressam os esquemas interpretativos que produzem significados nos sistemas sociais. As narrativas podem ser entendidas aqui como sendo os esquemas interpretativos.

Nesse sentido, a contestação pode ser entendida como a crítica aos significados consolidados na estrutura que possibilita a veiculação de novos esquemas interpretativos. Contestar, então, é parte da disputa de poder por meio de novos sentidos no exercício da agência. Trata-se do que os atores intencionam (inter)agir e dos significados determinados pela ordenação estrutural de sistemas de signos, segundo explica Giddens (2013) - daí a dimensão simbólica, veiculada pelas narrativas.

A partir disso, considerando que a ordem do discurso abrange: (1) os modos relativamente estáveis de agir - ou seja, os tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular (gêneros); (2) as formas de representar - ou os tipos de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular, o que se denomina de discursos, no plural; e (3) as maneiras de identificar(-se) em práticas sociais - ou os tipos de linguagem usados por uma categoria particular de pessoas e relacionado com sua identidade (estilos). Entendemos que as narrativas contestatórias são simultaneamente uma forma de ação, de representação e de identificação (Fairclough, 2003).

As narrativas mencionadas aqui são enten-

⁷ Cox (1981) entende o Sul Global (então-Terceiro Mundo) como estando investido de uma vocação contra hegemônica na ordem mundial já que possui a capacidade (e motivação) para formular uma outra visão de mundo. Bezerra e Bueno (2022) tratam de melhor enquadrar o Brics na Teoria Crítica das RI a partir do marco conceitual e histórico.

didadas como sinônimas dos discursos no *lato sensu* - ou seja, abrangem as formas de representar o mundo (as imagens), construindo significados para a realidade da política internacional a partir da perspectiva particular do Sul global e do bloco - especialmente, para construir novas imagens, símbolos e ideias⁸. Nesse sentido, ao questionar as desigualdades entre e no interior dos países, as lutas hegemônicas, as relações de dominação, os textos das declarações oficiais (os eventos) alteram a prática social da política internacional e, ao mesmo tempo, são determinados por ela.

Daí a importância de certos construtos sociais para avaliar a ordem discursiva. Com base em Ramalho e Resende (2011), podemos dizer que tanto a ideologia do Brics está assentada nas representações dos aspectos do mundo que podem servir de contribuição para estabelecer, manter e mudar as relações sociais de poder, dominação e exploração, quanto sua contra-hegemonia se faz pela contestação do poder ocidental. Poder que se mostra econômica e politicamente dominante e, por meio de um discurso dominante, busca o consentimento dos demais atores.

De fato, as narrativas nas relações internacionais constituem-se em meios muito estratégicos e efetivos no exercício do poder e da sanção. Por meio delas, os atores podem in-

fluenciar a opinião pública e, com isso, ganhar apoio dos demais atores – a persuasão da arena política. De acordo com Sanahuja (2013), as distintas versões sobre um mesmo fato configuram diferentes expectativas, papéis e condutas dos sujeitos envolvidos. Sobre o multilateralismo, por exemplo, há múltiplas narrativas. Enquanto os Estados Unidos impulsionam o multilateralismo hegemônico e a Europa o multilateralismo normativo, os países em desenvolvimento promovem o multilateralismo revisionista. Isto com vistas a buscar legitimar discursivamente determinadas normas e condutas para alcançar objetivos e práticas diferentes daquelas vigentes.

No caso do Sul global e, em especial, do Brics, discute-se sobre o alcance desse reformismo (Abdenur; Folly, 2015), ou postura contra-institucionalista (Chaturvedi *et al.*, 2021), sem uma explícita abordagem inovadora (Stuenkel, 2015). Pois, apesar de não romper com a estrutura vigente, o bloco contesta alguns de seus componentes. Neste caso, as narrativas servem para mudar de dentro o sistema internacional, articulando por meio dessa dimensão simbólica e ideacional, convergente à dimensão material das iniciativas - a comunicação ou significados.

Nesta discussão, entendemos as narrativas extraídas das declarações anuais das Cúpulas do Brics tanto como produção de consensos entre os países membros sobre diferentes agendas e temas, quanto como construção coletiva e consolidação de visões de mundo comuns. Importante ressaltar que a construção das narrativas do bloco é uma forma de agência do Brics na política internacional e se desenrola paralelamente à proposição de iniciativas.

Assim, a reforma da ordem mundial reivindicada pelo bloco por meio das narrativas contesta certas ideias como forma de projetar

⁸ Para Fairclough (2003), nos discursos se entrelaçam a linguagem e a prática social já que são o momento irreduzível e integrante da vida social, o modo particular de representar parte do mundo com base em interesses específicos. Mobilizamos esse autor como uma perspectiva teórica que mostra a dialética linguagem-sociedade e que explica o texto e seus elementos em função da prática social, da interpretação do que foi dito em um contexto social. Não utilizaremos, porém, a Análise de Discurso Crítica para entender as Declarações, mas a análise de conteúdo, em razão do alto volume do material a ser analisado (*corpus*).

e incrementar seu poder. Esse processo ocorre paralelamente com o incremento da sua participação no PIB mundial e à proposição de iniciativas como o NBD e o ACR (Arranjo Contingente de Reserva), desde a Cúpula de Fortaleza em 2014. Além disso, no presente, o Mecanismo de Cooperação Interbancária (ICM), da Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços do BRICS (BCBPI) e da Companhia de (Re)seguros do Brics - anunciados na Cúpula de Kazan, na Rússia, em 2024 - somam-se às instituições de Bretton Woods, ao dólar e ao SWIFT (sistema de comunicação interbancária).

Ressalta-se que, ainda que de forma não-intencional, a construção de narrativa é um processo que evolui ao longo de um período e nos permite entender como o coletivo dos países do bloco percebe e representa certos problemas e eventos do sistema internacional. Como uma agência que vai moldando a estrutura, essa construção de narrativa vai produzindo novas instituições, valores e regras por meio da seleção e frequência de certas agendas prioritárias, projetos de cooperação e realização de eventos e reuniões.

3 AS CÚPULAS E DECLARAÇÕES OFICIAIS DO BRICS: O CONTEÚDO DAS NARRATIVAS

A análise dos documentos oficiais do bloco instrumentalizou-se pelo método da análise de conteúdo – tendo por referência Bardin (2011). De maneira diacrônica, as declarações, em inglês, das quinze cúpulas anuais dos Brics, realizadas entre 2009 e 2023, foram selecionadas como *corpus* empírico. O objetivo foi buscar evidências para a hipótese proposta, de for-

ma a nos permitir observar como teria ocorrido a consolidação de uma narrativa do Brics até o momento. Afinal esse processo se aproximaria mais de uma construção, ou seja, algo intencional e premeditado ou de uma consolidação que vai se dando com a intensificação dos diálogos e consensos? Ressalta-se que o conteúdo das declarações mencionadas, assim como demais metadados da análise de conteúdo, estão disponíveis em *dataset* dos autores (2025), no repositório *Harvard Dataverse*.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), pode ser resumida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, busca chegar a indicadores (quantitativos ou não) os quais permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Trata-se, portanto, da explicação e classificação do conteúdo das mensagens como uma contribuição da pesquisa a uma possível dedução lógica e justificada do tema selecionado, destacando a origem das mensagens de interesse, seu emissor, seu contexto e, eventualmente, seus efeitos.

A análise de conteúdo se mostra como o método mais apropriado para coletar expressões chave que denotem as representações, ideias e interesses comuns retirados dos textos produzidos como resultado das cúpulas anuais do bloco de que participam os chefes de Estado e de governo. Os discursos oficiais oferecem pontos de comum acordo entre os países, sendo as ausências de certos temas e posicionamentos entendidos como possíveis divergências entre os países ou omissões propositais.

Com base em Bardin (2011, p.123), a análise de conteúdo realizada adotou diferentes

fases: (i) a pré-análise do *corpus* selecionado; (ii) a exploração do material; e (iii) o tratamento dos resultados e a interpretação. Na primeira fase, em sintonia com nossa pergunta de pesquisa e hipótese inicialmente elaboradas: (a) selecionamos as quinze declarações oficiais (de 2009 a 2023) como *corpus* para análise - o *corpus* é guiado pelas regras da exaustividade, homogeneidade e pertinência; (b) realizamos uma “leitura flutuante” dos textos, e identificamos algumas categorias de interesse para a pesquisa; (c) analisamos sistematicamente as declarações em função de índices de natureza quantitativa e qualitativa - ou seja, frequência de aparição de certos termos e as ideias associadas a determinados temas; e (d) apresentamos os dados encontrados à luz dos objetivos-guia e hipótese da pesquisa, por meio de critérios e classificações.

3.1 Temas de consenso: a codificação das declarações

A análise das declarações que resultam como discurso oficial coletivo dos membros dos Brics remete à ideia de que o agrupamento opera na ordem discursiva, de onde oferece importante contribuição para o projeto e identidade do Sul global. Nesse sentido, procedemos à codificação dessas declarações em torno de algumas categorias que se sobressaem na leitura dos textos das declarações, de forma guiada pela pergunta e hipótese da pesquisa. Para a realização desse inventário e classificação, os termos foram diferenciados das categorias, então, em inglês as palavras *environment* e *climate* na tabela abaixo, somente foram considerados quando estavam alinhados aos elementos que aparecem na explicação dessas categorias.

Quadro 1- As categorias analíticas semânticas (significados)

Codificação	Explicação
Desenvolvimento (<i>Development</i>)	Desenvolvimento sustentável; mudança de paradigma do desenvolvimento econômico
Cooperação (<i>Cooperation</i>)	ODA (0,7% do PIB); assistência aos países em desenvolvimento; transferência de tecnologia; perdão das dívidas
Comércio (<i>Trade</i>)	Comércio multilateral; rodada Doha; fortalecimento da OMC; fim do protecionismo; comércio e
Financiamento (<i>Financial</i>)	IED, perdão da dívida; bancos multilaterais de desenvolvimento
Meio Ambiente (<i>Environment</i>)	Tecnologias “limpas”; Declarações do Rio de Meio Ambiente e Desenvolvimento; proteção ambiental; como uma das dimensões do desenvolvimento sustentável
Agricultura (<i>Agriculture</i>)	Cooperação agrícola; modernização e transição agrícola; produtividade agrícola; segurança alimentar
Alimentos (<i>Food</i>)	Segurança alimentar global
Desigualdade (<i>Inequality</i>)	Desigualdades socioeconômicas; exclusão social; agenda global do desenvolvimento; desigualdade de gênero; emprego e renda; pandemia

Pobreza (<i>Poverty</i>)	Erradicação da pobreza extrema; fome; agenda global (ODM e ODS);
Energia (<i>Energy</i>)	Cooperação energética; novos investimentos e infraestrutura energética; assistência para eficiência energética;
Clima (<i>Climate</i>)	Mudanças climáticas; descarbonização; impactos negativos na segurança alimentar; Convenção Quadro da ONU; energias renováveis; adaptação agrícola
Governança (<i>Governance</i>)	Governança global para agendas relevantes; agendas globais, estruturas institucionais; governança global econômica; arquitetura internacional; ONU
Paz (<i>Peace</i>)	Convenção Internacional contra o Terrorismo; mundo harmônico de prosperidade comum

Fonte: elaboração nossa.

3.2 Consolidação de uma narrativa: a intensidade dos termos

Uma observação importante é de que há um processo de consolidação de uma narrativa. Ele aponta para certos consensos que se desdobram em iniciativas práticas, em vez de uma construção, que revelaria uma consolidação contínua e planejada (no curto e longo prazo). Isso seria algo difícil de se alcançar visto não somente a natureza dessa aliança (não institucionalizada), mas ainda as trocas de governo nos países membros (o caso do Brasil e da África do Sul, nesse sentido, é revelador da instabilidade desse coletivo) e as crises do sistema internacional.

Observamos que, nessa ordem discursiva, o avanço das narrativas está relacionado mais a um decurso temporal, com certo amadurecimento de ideias e consolidação de algumas posições coletivas sobre determinadas agendas da governança global. A intensificação das agendas de cooperação, apresentadas na próxima subseção, e a definição aparente em certos pronunciamentos coletivos sobre determinada questão global se constituem nesse avanço.

Nesse sentido, a frequência das categorias ao longo do período analisado (2009 a 2023) revela a intensidade das categorias “cooperação” e “desenvolvimento” em relação às demais, explicada pelo próprio propósito do bloco, seguida das categorias “paz”, “comércio”, “energia” e “finanças”. Observamos, em contrapartida, que a categoria “desigualdades” representa pouco mais de 1% do percentual da cooperação. Isso pode ser explicado pelo fato de que aqui não se trata das desigualdades entre os países, mas das desigualdades dentro dos países, estando associada à exclusão social, pobreza e outras. Enquanto isso, as desigualdades estruturais no sistema internacional - reforma das instituições e representatividade dos países - aparecem associadas às categorias de “governança”.

A desigualdade (no singular) aparece, entretanto, marcada como sendo um desafio do desenvolvimento dos países em desenvolvimento, especialmente dos menos desenvolvidos. São escassas suas aparições - Ex. D2 (2010); D5 (2013) (Autores, 2025). A crítica comumente veiculada de que a agenda de gênero não encontra consenso no bloco parece não fazer

sentido aqui, pois a análise de conteúdo mostra a desigualdade de gênero como um problema a ser superado. Na ordem discursiva há pelo menos 3 declarações que a mencionam como um problema: D6 (2014), D7 (2015) e D10 (2018). A categoria “pobreza”, nesse sentido, é um tema que costuma estar associado à desigualdade e às agendas globais (ODM e ODS), sendo comum expressões como “erradicação da pobreza” e “pobreza extrema” (Autores, 2025).

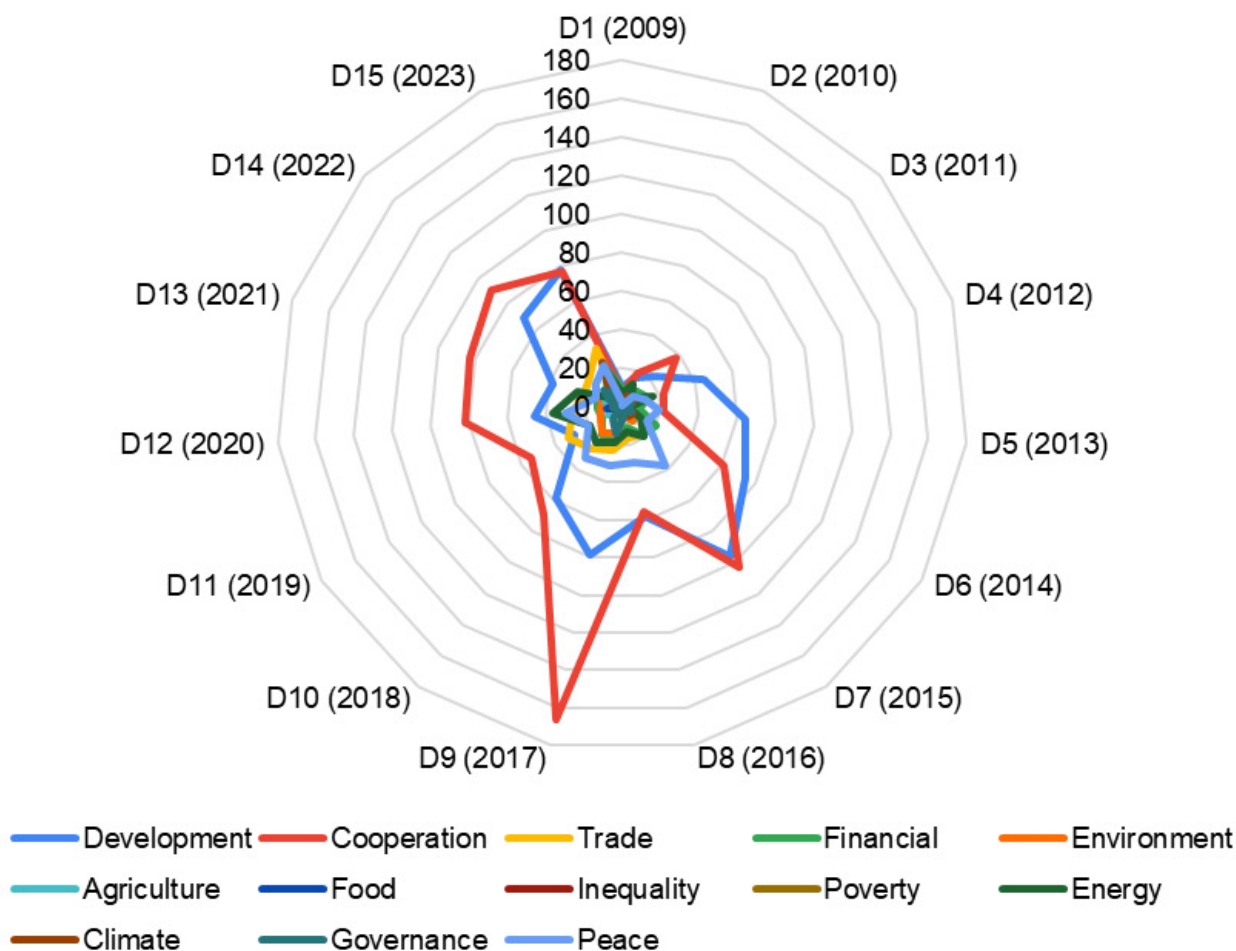
O fato de as categorias “alimentação” e “agricultura” possuírem praticamente a mesma frequência total nas declarações - 57 e 69 vezes - mostra que, pelo menos na narrativa, a produção agrícola aparece alinhada à preocupação e intenção em promover a segurança alimentar (*food security*). A narrativa quanto a “agricultura” aparece associada à cooperação, comércio, produtividade, modernização, bem como ao desenvolvimento e agricultura sustentável, sistema alimentar, transição agrícola e segurança alimentar (Autores, 2025).

Interessante notar que há muita ênfase na temática da energia em relação ao clima. A frequência de aparição de energia (240 vezes) e clima (84 vezes) pode ser uma evidência do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Há uma preocupação maior do Sul global em garantir seu crescimento e desenvolvimento econômico, atribuindo aos países desenvolvidos à maior responsabilidade, também o uso de tecnologias limpas e descarbonização. A categoria “meio ambiente” (79 vezes) reforça a preocupação com a proteção do meio ambiente e a prioridade dada ao desenvolvimento sustentável, cuja referência à ECO-92, que discutia a associação complexa entre desenvolvimento e meio ambiente, aparece diversas vezes nas declarações (Autores,

2025).

Por fim, a categoria “governança” aponta para o tema da injustiça da pretendida governança multilateral global democrática. Sendo assim, a categoria está associada ao pleito pela reforma da arquitetura global, à reforma de quotas e da governança do FMI e do BM, a tomada de decisão coletiva de agendas relevantes e de interesse comum global, a centralidade da ONU na governança global e no fortalecimento de um multilateralismo mais equitativo e representativo, com destaque para o reconhecimento da importância de se fortalecer a governança urbana e local.

Gráfico 1 - Frequência da aparição dos termos nos textos das declarações



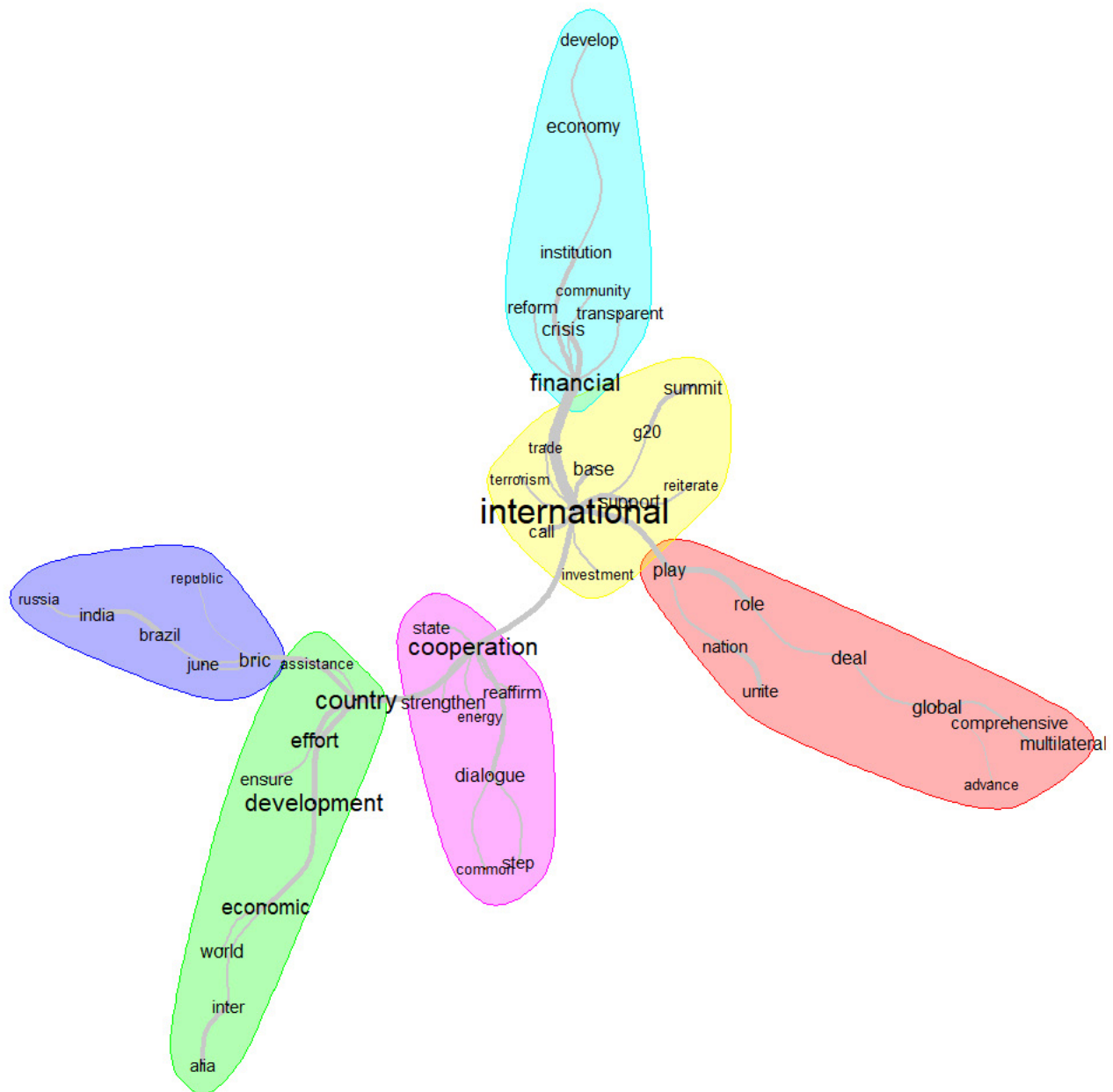
Fonte: elaboração nossa, baseado em BRIC (2009, 2010) e BRICS (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023)⁹.

Quais são as contestações fundantes e estruturais do Brics quanto à ordem mundial? Como elas se alinham ao projeto e identidade do Sul global? Desses se extraem os índices: (i) a frequência que aparecem certas palavras-chave; e (ii) a forma como alguns temas aparecem caracterizadas ou mencionadas em expressões ou sentenças ou palavras-chave.

A figura abaixo apresenta uma nuvem de palavras gerada através do programa Iramuteq. Esta técnica provém de uma visão geral das palavras-chave de um texto, destacando os termos mais frequentes e, conseqüentemente, os principais temas tratados nas declarações. Quanto maior e mais central um termo na nuvem de palavras, maior é a sua frequência no *corpus* analisado.

⁹ Vide metadados anexos no *Harvard Dataverse*, Autores (2025), para melhor visualização da frequência das categorias em cada uma das declarações

Figura 2: Análise de similitude dos termos mais frequentes



Fonte: elaboração nossa, baseado em BRIC (2009, 2010) e BRICS (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

O Iramuteq identificou seis grupos (ou *clusters*) principais: o primeiro, em azul claro, reúne termos relacionados à reforma financeira e à governança econômica global; o segundo, em amarelo, refere-se à diplomacia multilateral; o terceiro, em vermelho, está associado ao papel do Brics na governança global; o quarto,

em roxo, diz respeito ao diálogo e à cooperação interestatal ou bilateral; o quinto, em verde, envolve termos ligados ao desenvolvimento econômico e às economias emergentes; e o sexto, em azul escuro, agrupa referências às relações Sul-Sul.

3.3 A intensificação da cooperação intrabloco: as agendas setoriais

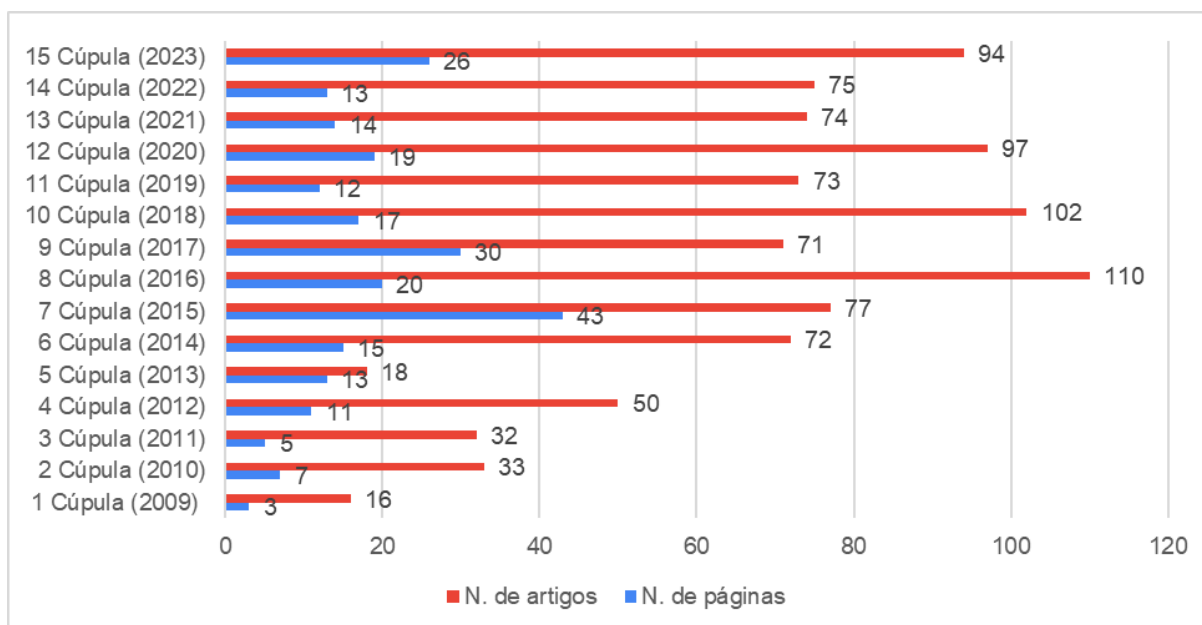
Uma constatação ao analisar as declarações é a expansão da agenda de cooperação entre os membros do bloco que não apenas mostram a evolução de certos temas, criando consensos, como também a inclusão de agendas setoriais gradualmente ao longo do tempo. Isso enfraquece o argumento de que o bloco perde potência com o passar do tempo ou ao incluir novos membros em decorrência da heterogeneidade. O Brics, como um grupo menor e assentado na identidade e projeto do Sul global, mostra-se como o elemento central das Declarações.

O levantamento das principais agendas setoriais aponta para um aumento de consenso entre os países do Brics. Nota-se o maior al-

cance quanto à variedade das pastas executivas, bem como houve maior aprofundamento dos debates intergovernamentais - ambos frutos da coordenação entre os países e a pactuação de trabalhos conjuntos.

A partir do aumento da cooperação intrabloco infere-se que o bloco alcança gradualmente maior consenso quanto a distintas questões da política internacional, expande os planos de trabalho para cada vez mais temas e, em decorrência disso, se torna mais propositivo quanto a iniciativas práticas do bloco. O gráfico 2 (abaixo) mostra esse aumento por meio do número de páginas e de artigos das declarações anuais¹⁰, já que a extensão das mensagens oficiais do bloco aponta para os interesses comuns e medidas coletivas conforme discutido mais adiante.

Gráfico 2 - Aumento do trabalho de cooperação do Brics (2009- 2023)



Fonte: elaboração dos autores, baseado em BRIC (2009, 2010) e BRICS (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).¹¹

¹⁰ Fazemos a ressalva de que como os textos das declarações não estão disponíveis em um sítio da web oficial, a busca de termos foi feita com base nas declarações disponíveis em Autores (2025).

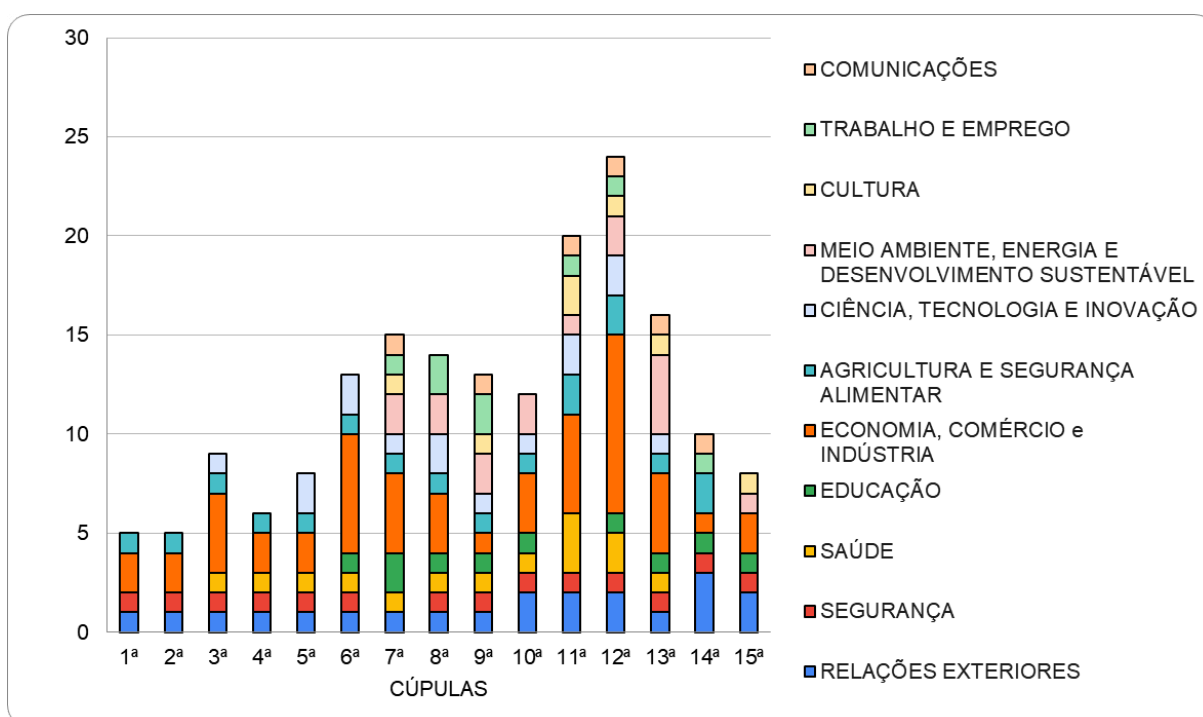
¹¹ Vide tabela anexa em Autores (2025), para melhor visualização da frequência da aparição das categorias em cada uma das declarações

Adicionalmente, o gráfico 3 (abaixo) mostra o incremento das agendas setoriais nas declarações das 15 cúpulas dos países do Brics, de 2009 a 2023. Por meio de um processo sistemático e estruturado, as declarações foram analisadas identificando os respectivos planos de ação e reuniões setoriais. Foram consideradas apenas as reuniões lideradas por ministros, vice-ministros, conselheiros e altos funcionários. Essa escolha foi feita para garantir que a análise refletisse as discussões de alto nível e a relevância das decisões tomadas nas cúpulas.

A análise levou à categorização das áreas

de atuação discutidas em: Relações Exteriores, Segurança, Saúde, Educação, Economia, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Cultura, Trabalho e Emprego, e Comunicações. Ainda que incompletos¹², os dados mostram algumas tendências, prioridades e áreas de maior interesse do Brics. O gráfico 3 abaixo mostra o aumento da cooperação interna dos Brics (2009-2023), bem como, de que forma os diferentes setores aparecem ao longo dessa agenda cooperativa anual.

Gráfico 3 - O número das reuniões setoriais



Fonte: elaboração dos autores, baseado em BRIC (2009, 2010) e BRICS (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).¹³

12 Importante destacar que as cúpulas de 2009 (Ecatimburgo/Rússia), 2010 (Brasília/Brasil), 2015 (Ufa/Rússia), 2016 (Goa/Índia) e 2022 (Beijing/China) e 2023 (Joanesburgo/África do Sul) não contêm planos de ação disponíveis. Essa limitação foi levada em consideração na análise, e a tabela reflete apenas as reuniões setoriais que puderam ser identificadas nas cúpulas que apresentaram planos de ação.

13 Vide tabela no repositório Autores (2025) para melhor visualização da frequência da aparição das categorias em cada uma das declarações

A partir dessa análise, nota-se uma agenda bastante holística e em constante ampliação, tal qual evidenciado no gráfico acima. Os dados revelam um aumento no número de reuniões, o que indica uma crescente colaboração e necessidade de diálogo entre os países do Brics em resposta a desafios globais.

Destacamos algumas áreas, tais como Economia, Comércio e Indústria, além de Relações Exteriores, que têm um número significativamente maior de reuniões do que as demais - respectivamente, 50 e 21 reuniões. Isso pode indicar uma prioridade maior nessas áreas, possivelmente devido à sua relevância nas agendas políticas e econômicas atuais. A área de economia, comércio e indústria foi a que mais impulsionou reuniões de ministros, vice-ministros, conselheiros e altos funcionários. Isso indica o foco do Brics em promover o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, além do objetivo de maior parceria em temas econômico-comerciais entre os membros. Ademais, importante notar que os países do Brics estão buscando diversificar suas economias para reduzir a dependência de setores específicos, como a produção de *commodities*, e aumentar sua influência nas questões econômicas globais, incluindo a busca por uma maior representação em instituições financeiras internacionais e a promoção de uma ordem econômica global mais multipolar.

Por fim, a ênfase na área econômica pode indicar que este é o tema mais desafiador para o grupo, refletindo desafios como desigualdade, pobreza e desemprego. O tema Relações Exteriores também conta com um número significativo de ocorrências, 21, o que indica que a área é uma prioridade para os países do Brics - indicativo da complexidade nas interações entre os países membros. O dado também pode

sugerir um reconhecimento da importância da cooperação internacional e da diplomacia para enfrentar desafios globais, como conflitos, comércio e segurança, além de uma necessidade contínua de abordar desafios geopolíticos, promover a cooperação multilateral e fortalecer os laços culturais.

Ademais, outras agendas setoriais merecem destaque, a saber:

- a) Terrorismo – o apoio à Convenção da ONU (Comprehensive Convention against International Terrorism) é mencionada em todas as declarações de cúpula do Brics e intensifica-se ao longo do tempo, com ênfase na segurança dos países; o agrupamento manifesta preocupação com os crimes cibernéticos e, a partir de 2012, com os eventos no Afeganistão, a Al Qaeda e o ISIS são reconhecidos como fontes de insegurança, em especial na Ásia e na África;
- b) Segurança Alimentar (e nutricional) – o tema aparece em todas as declarações (à exceção de 2018), reconhecendo o papel e a responsabilidade do bloco em contribuir para a segurança alimentar e nutricional, tendo em vista o fato de que produz 1/3 dos alimentos e hospeda grande parte da população do mundo; a visão do Brics de que é preciso aumentar a produção e produtividade agrícola, chamando atenção para o impacto negativo da volatilidade dos preços das *commodities*, e para a importância do desenvolvimento rural e agricultura familiar, além da cooperação em ciência e tecnologia - Brics menciona uma “Estratégia de Cooperação em SAN do bloco” (*Strategy on Food*

- Security Cooperation of the BRICS Countries*), aprovada na Cúpula de 2022;
- c) Migrações e refúgios – o fenômeno das migrações aparece como parte da agenda de cooperação entre os países do bloco para tratar das dinâmicas populacionais, o que junto ao envelhecimento, à urbanização estão as migrações; além disso, observa-se a manifestação de apoio do bloco à agência da ONU encarregada de prestar serviços sociais aos refugiados palestinos (a UNRWA - *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*) e ao instituto internacional do refúgio e direito humanitário diante das respostas globais contra o terrorismo; também se nota o reconhecimento dos migrantes como parcela da população vulnerável na agenda global de desenvolvimento e a necessidade de regulação internacional efetiva para as migrações;
- d) Ciência, tecnologia e inovação – em especial a transferência de tecnologia é uma bandeira importante para o Brics, que apesar de não aparecer em todas as declarações está relacionada a duas vertentes: a primeira se refere à demanda do agrupamento para que os países em desenvolvimento tenham acesso aos recursos necessários para o cumprimento da Convenção-Quadro Contra as Mudanças Climáticas (UNFCCC), da Agenda 2030 dos ODS e da Convenção-Quadro para a Biodiversidade, reforçando sempre o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” e o compromisso dos países desenvolvidos em prover assistência; a segunda é a cooperação intrabloco que se mostra cada vez mais avançada com

a realização de eventos para avançar as discussões setoriais e a proposição de iniciativas, como o Comitê Diretivo do Brics para CT&I, o Centro do Brics para a Transferência de Tecnologia e o Programa de Treinamento do Brics em transferência de tecnologia.

Assim, o argumento de que as heterogeneidades entre os países membros do Brics impede que o agrupamento avance se torna equivocado. Nesse sentido, contestamos o que diz Carmody (2024) para quem disputas territoriais entre Índia e China, além da inclusão de países que possuem histórica inimizade como Irã e Arábia Saudita podem diminuir o poder de ação coletiva do bloco. O autor, entretanto, faz uma ressalva que nos parece apropriada a partir dos dados levantados: “*However, they may still be able to achieve consensus on their core area of concern – the need to substantially reform or perhaps, over time to transcend, the liberal international order*” (Carmody, 2024, p. 12)

Talvez essa ideia aponte para disputas na própria ordem discursiva, indicando uma contra-narrativa interessada em diminuir a influência do bloco na ordem mundial. Ainda que haja tensões e disputas entre seus membros, decorrentes das diferentes inclinações dos países em tão diferentes e variadas agendas e temas, e mais de uma década de existência, a emergência de um bloco que se expande de cinco para 11 membros, intensifica sua agenda de cooperação em mais de uma dezena de temas e de duas dezenas de encontros anuais de alto nível político. Aumenta também o conteúdo das mensagens oficiais coletivas, tornando-se uma preocupação para a ordem internacional liberal. E isso, nos parece, elemento revelador da consolidação de uma narrativa coletiva e do incremento de poder na ordem discursiva.

4 BRICS E SUA NARRATIVA EM PROL DO SUL GLOBAL

Uma das questões centrais que podemos ressaltar na análise das declarações em sintonia com os dados levantados na ordem discursiva é a baixa frequência de expressões como “ordem mundial”, “ordem global” (ou ordem internacional/mundial) - em inglês, *world/global/international order* - e Sul global - em inglês, *global South*. Ao contrário do que se imaginava, há uma narrativa pouco expressiva com relação à ideia de “ordem”.

Isso contrasta com as reivindicações em prol da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) que caracterizava no passado o grupo de países que compõem o atual Sul global, desde as décadas de 1970-80 e o atual Congresso de Havana. Tal constatação pode ser mais uma evidência da aspiração do Brics de mudar a ordem desde dentro. Isso, entretanto, se compensa com o uso dos termos “mundo” e “países em desenvolvimento” e com a recorrente menção à necessidade de reforma da governança global.

Há, portanto, menos um esforço coletivo empenhado em questionar as desigualdades de poder do que em promover ações que resultem em maior poder de barganha dos países do Sul global nos distintos espaços da governança global. Tal fato contribui indiretamente para que esses possam alcançar maior representatividade nas organizações internacionais.

Quanto à frequência das expressões, observamos que “ordem mundial” aparece apenas nas duas primeiras declarações - Ecaterimburgo/Rússia em 2009 e Brasília/Brasil em 2010. Em ambos os casos, estão associadas à ideia de ordem mundial multipolar, democrática, equitativa e justa. A busca pelas palavras

“*world*” e “*global*” nos permitiu compreender como o grupo tem contestado a atual configuração da ordem internacional.

A análise revelou que o Brics utiliza essas terminologias para abordar questões fundamentais relacionadas à governança global, enfatizando a necessidade de uma representação mais equitativa dos países em desenvolvimento e emergentes. Através de discussões sobre multipolaridade, desigualdade econômica e a importância de um sistema comercial justo, o bloco articula uma crítica à hegemonia ocidental e propõe uma reestruturação das instituições financeiras internacionais.

Além disso, esses países destacam a urgência de enfrentar desafios globais - como a mudança climática e a segurança alimentar - por meio de uma cooperação mais robusta e inclusiva. Dessa forma, a contestação do Brics à atual ordem mundial se dá por meio de um discurso que busca promover um novo paradigma de relações internacionais, onde a soberania, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável são centrais.

Observa-se, ainda, o uso de termos específicos, talvez nada aleatórios, para se referir aos países e sua classificação no sistema internacional. Em detrimento do Sul global - termo oriundo de uma mobilização política importante e resgatando um projeto ideológico - utiliza-se a denominação “países em desenvolvimento”, em consonância com o G77+China - “países menos desenvolvidos” (*Least Developed Countries* - LDC), proposta pelas Nações Unidas. Além disso, “mercados emergentes e países em desenvolvimento” (*Emerging market economies and developing countries* - EMDC), terminologia sugerida pelo BM e atrelada ao PIB.

O “Sul global” aparece em expressões como “Cooperação Sul-Sul”, “Cooperação Norte-Sul”, “Desenvolvimento desequilibrado Norte-Sul”, “lacuna de desenvolvimento Norte-Sul”, sendo que em apenas seis declarações há um artigo dedicado a tais temas. Importante exceção, entretanto, está na última declaração (Declaração de Joanesburgo de 2023), quando se reconhece o papel importante a ser desempenhado pela presidência brasileira no G20 e o interesse de novos países do Sul global entrarem para o Brics. Por ocasião da 16ª Cúpula em Kazan/Rússia de 2024, foi realizado um evento sobre o tema - “*BRICS and Global South: Building a Better World Together*” - o que indica alguma mudança em curso na ordem discursiva com a menção a essa identificação dos países.

Há mais pragmatismo, também, em buscar a NOEI sem, contudo, mencioná-la. Além do NBD e do ACR, agora o Brics propõe o *BRIDGE*, *Brics Clear Platform* e o *Brics Grain Exchange* - iniciativas que prevêm o uso das moedas nacionais dos países membros, tanto no comércio intrabloco quanto nos investimentos do NDB e créditos do ACR. Ou seja, busca-se harmonizar entendimentos e políticas nacionais para propor mecanismos e sistemas operativos alternativos. Isso poderia explicar a ausência da expressão “Nova Ordem Econômica Internacional” (ou NOEI) nas declarações para adoção de uma narrativa que investe na diplomacia multilateral, governança global democrática, justiça global, e não deixa de contribuir com a consolidação de um imaginário coletivo que recorre a ideias com um horizonte otimista.

Nesse sentido, a ausência de menção ao G77+China e a presença de várias menções ao G20 mostram a legitimação desse último es-

paço para impulsionar certas articulações políticas¹⁴. Cabe-nos lembrar que o G20 reúne as maiores economias do mundo e, também, vem vivenciando expansão da sua agenda e seus atores¹⁵. Segundo alguns analistas (Norton, 2024) e pesquisadores (Mielniczuk, 2024), essa legitimação do espaço de coordenação do G20, entretanto, não pode ser uma distração na definição de prioridades políticas. Esses autores defendem que seria mais estratégico para o bloco negociar e priorizar espaços eminentemente contra a ordem, em vez de insistir e acreditar que seja possível uma mudança provocada pelo centro do sistema internacional.

As declarações anuais do Brics nos mostram, ainda, os posicionamentos do coletivo de países quanto às várias agendas, questões e eventos do cenário político internacional. Considerando que os textos das declarações não possuem um formato específico, e por isso sua estrutura de tópicos é determinada pelo país que ocupa a presidência. Esse exercício de análise de conteúdo foi feito manualmente - sem assistência de *softwares* -, identificando os temas que nos pareceram mais evidentes na relação do bloco com o Sul global.

14 Ressaltamos que esses grupos como G20 e G77+China, diferentemente do Brics, são agremiações de países que buscam coordenação e fortalecimento de certas agendas, mas as medidas mais propositivas acontecem em outros espaços intergovernamentais.

15 O G20 sob a presidência brasileira além de ter inaugurado o G20 Social com ampla participação das sociedades (por meio e fora de mais de 13 grupos de engajamento), também lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza que pretende ser aberta para a adesão de toda a comunidade internacional.

Figura 2 - Algumas agendas prioritárias de interesse do Sul global (2009-2022)



Fonte: elaboração dos autores.

O bloco manifesta apoio nas declarações à diversas convenções, órgãos e agências da ONU em áreas específicas, tomando a Carta das Nações Unidas e a Assembleia Geral como parâmetro e meio mais democrático e efetivo de negociações multilaterais. No campo ambiental, destaca o apoio à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, à Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, ao Acordo de Paris e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na crise climática e sustentabilidade e no uso de energias renováveis.

Em relação ao desenvolvimento, a ênfase na Agenda 2030 e a defesa da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Médio Oriente (UNRWA, sigla em inglês), além das ações de apoio à União Africana (NEPAD), tendo a África do Sul a partir de 2012 como interlocutora do conti-

nente. No âmbito da segurança internacional, o bloco manifesta apoio à Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional (CCIT) e à Estratégia Contra Terrorismo do Conselho de Segurança da ONU. E não há apoio explícito à candidatura do Brasil e Índia por Rússia e China para o ingresso como membros permanentes do Conselho de Segurança, mas há a defesa de que é importante que o órgão seja reformado, atendendo a distribuição de poder atual; em contraponto, há apoio reiterado do bloco à entrada da Rússia na OMC¹⁶.

Algumas prioridades do Brics pertinentes para o Sul global, se referem ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (em inglês, CBDR). A expressão é uma

¹⁶ O apoio do bloco à candidatura russa é constante; a Rússia até hoje não se tornou membro da OMC, apesar de ter solicitado seu ingresso em 1993; esse apoio acontece juntamente às defesas do bloco aos princípios da transparência, legalidade e da não discriminação para o sistema multilateral de comércio.

constante nas declarações, eminentemente atrelada ao regime das mudanças climáticas, com exceção do ano de 2014, antevendo a Cúpula da Agenda de Desenvolvimento pós-2015. O agrupamento reconhece a Agenda 2030 como o centro da governança global, ressalta a importância dos “princípios do Rio de Janeiro” para o desenvolvimento sustentável - associando desenvolvimento e meio ambiente em uma relação conflituosa e marcada pelas desigualdades de poder e de capacidades entre os países, sendo que o objetivo central da agenda é a erradicação da pobreza. A partir de 2016, o CBDR começa a ser utilizado agregando-se a expressão “respectivas capacidades” (CR), marcando essa diferença entre Sul e Norte global. Em 2017, apela-se aos países desenvolvidos para prover apoio financeiro, tecnológico e capacidade para os países em desenvolvimento para mitigação e adaptação às catástrofes climáticas e ambientais - sendo que, a partir de 2019, menciona-se que o princípio deve ser interpretado à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

Em $\frac{2}{3}$ das Declarações, observa-se a convocação urgente dos países desenvolvidos, no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), para honrar sua promessa de destinar 0,7% do PIB a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) em benefício dos países em desenvolvimento. Trata-se de um compromisso nunca cumprido, essencial para a implementação da Agenda 2030 dos ODS.

Além disso, a Declaração de 2015 menciona o “clube dos ricos” - a OCDE -, desta vez, para reconhecer e legitimar uma iniciativa da Organização, em parceria com o G20, sobre a cooperação tributária internacional, o BEPS (*Based Erosion and Profit Shifting*). É bom notar que o BEPS se constitui em um fórum de

diálogo paralelo e restrito aos países membros da OCDE e do G20 para a elaboração e aprovação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC¹⁷). O tema é de grande interesse dos países do Sul e organizações que trabalham em prol da redução das desigualdades globais, sobretudo a de renda e riqueza. Ao estimular a taxação de indivíduos e empresas mais ricas e a redução de paraísos fiscais, há um intento em que Estados e seus orçamentos sejam utilizados para políticas públicas (sociais).

O Brics também menciona com grande frequência a defesa do comércio multilateral e a necessidade de conclusão da Rodada Doha da OMC. Essa rodada é uma negociação iniciada em 2001 para tratar do comércio entre as nações (multilateralmente) a serviço do desenvolvimento dos países e dos povos. As declarações finais de 2009 a 2016 do Brics afirmam que o avanço nas negociações (*Doha Development Agenda*) é uma questão prioritária. Desde então, porém, o tema perdeu força, evidenciado por sua ausência nas declarações seguintes, o que passa a ser substituído pelos informes quanto às reuniões ministeriais da OMC - a MC9 em Bali e MC11 em Nairobi. Isso não significa, entretanto, que a plataforma tenha abandonado sua luta contra o protecionismo comercial, mas essas questões passam a ser resolvidas em instâncias técnicas e diante da irresolução elas estimulam outras iniciativas compensatórias no plano econômico e financeiro, via NBD.

Nesse sentido, deve ser entendida a volati-

17 Mais sobre as 11 recomendações feitas pela sociedade civil à presidência brasileira do G20 que propõe para o grupo de países taxar os super ricos está disponível em: <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2024/05/G20-Recomendacoes-sobre-Tributacao-Internacional-Port.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

lidade no preço das *commodities*, especialmente em decorrência da demanda por energia e alimentação. Sabe-se que a produção de grãos por parte dos países fundadores do bloco é significativa e, portanto, há uma preocupação em diminuir o risco de soberania nacional produzido pelas instabilidades econômicas globais e especulações do mercado financeiro. Apesar disso, apenas duas declarações, de 2011 e 2017, ambas redigidas na China, mencionam essa preocupação.

A pobreza, a exclusão social e as desigualdades, sabe-se, é um dos principais problemas do Sul global e um dos temas mais centrais na Agenda 2030 dos ODS. A pobreza aparece em vários artigos como um endosso do Brics a esse objetivo central da governança global do desenvolvimento. Esse termo aparece associado à exclusão social e desigualdade, à fome e malnutrição, às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente os LDCs (*Least Developed Countries*) e os LICs (*Low Income Countries*), além do apoio às iniciativas dos países africanos. Em algumas ocasiões, a narrativa do Brics elogia organizações como o BM, o FMI e o G20 em suas atuações contra a pobreza - algo que pode evidenciar, mais uma vez, a postura de menor confrontação e busca por maior persuasão.

Interessante notar que os países escolhem priorizar em termos de agendas de cooperação a centralidade do Estado na condução de seus processos de desenvolvimento. Conforme notou Abdenur e Folly (2015), o papel do Estado no desenvolvimento doméstico, ainda que varie um pouco entre os cinco membros, no consenso coletivo, identifica-se uma abordagem mais estado-cêntrica sobre o desenvolvimento internacional, com influência chinesa e russa. Isso reforça a posição coletiva de recusar

o fundamentalismo de mercado característico da ordem mundial (neo)liberal.

As posições do bloco indicadas nesta terceira seção trataram de forma mais qualitativa do conteúdo encontrado nos textos das declarações e complementam os dados levantados anteriormente. Eles nos permitem defender a ideia de que há uma consolidação de narrativas em curso, condicionada pelos distintos cenários internacionais, mais do que pelas mudanças de mandatários nos países. Ainda que não se possa dizer que haja um processo coerente estratégico desde 2009 até 2023, notamos que a maioria dos consensos entre os países, como as posições diante das diferentes agendas globais, guarda grande alinhamento com a identidade e o projeto do Sul global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma ordem discursiva que opera simultaneamente à ordem social na configuração política internacional. O Brics, nesse sentido, mostra que ao longo desses 15 anos sob análise há uma consolidação de narrativa que parece não apenas veicular determinados interesses, mas influenciar agendas globais. Nesse sentido, o uso das narrativas como meio estratégico para um projeto político nem sempre é pensado *a priori* e como tal mirando o longo prazo. Entretanto, pode-se valorizar essa atuação narrativa tanto pela sua importância em influenciar a opinião pública global como em alcançar gradualmente mais apoios nos países, construir parcerias e legitimar as iniciativas propostas - recentemente assistimos à expansão do Brics e à possibilidade de o agrupamento estabelecer parceria com a Organização de Cooperação de Shanghai.

Assim, ao fazer uso da dimensão simbólica do poder na veiculação dessas narrativas, notamos, ao menos, a continuidade e estabelecimento de um projeto de cooperação fortemente inspirado na Cooperação Sul-Sul coletiva ou multilateral. Isso porque ao reforçar valores como a solidariedade, o respeito à soberania e a busca por uma ordem multipolar justa com uma governança representativa, parte-se de uma estratégia discursiva para construir uma visão de internacionalismo colaborativo proposto pela ascensão do Sul global. Esse poder simbólico aparece articulado tanto à identidade quanto ao projeto desse grupo de países que recorrem à representatividade, ação e legitimação desse discurso na política internacional.

Nesse sentido, o avanço teórico sugerido por essa pesquisa revela a importância da ordem discursiva, junto à ordem social nas relações internacionais. Ela especialmente ressalta o poder das narrativas na transformação da ordem mundial vigente - algo que se torna empiricamente observável com o decurso de tempo. Tal qual sugerido por Buzan e Acharya (2022), enquanto cientistas sociais, é preciso reimaginar as relações internacionais a partir de outros sistemas de pensamento, outras dimensões analíticas e outras ordens em que os eventos e fenômenos se realizam.

Nossa pesquisa confirma a hipótese inicial de que o Brics, na ordem discursiva, está alinhado ao projeto e identidade do Sul global; entretanto, “reformando a partir de dentro”. Essa consolidação narrativa pode ser observada ao longo dos 15 anos (e 15 declarações oficiais expedidas). Um dado interessante é o fato de que as Declarações Oficiais têm se tornado mais extensas em número de páginas, de artigos e com agendas de trabalho mais abrangentes e intensas. Isso pode indicar o aumento de

consenso entre os países membros, contrariando, portanto, aqueles que insistem na impossibilidade do Brics de se despontar como um bloco de países coeso com poder para alterar as dinâmicas atuais da política internacional¹⁸.

Em vez da insistência em narrativas ideológicas, as declarações apontam para uma atuação pragmática, voltada para os planos de ação - alguns deles explícitos nas declarações, outros em peças separadas (anexadas). Além disso, o foco adotado pelas declarações com menção a “mercados emergentes” e “países em desenvolvimento” é mais uma evidência desse pragmatismo - em vez de recuperar marcos políticos e históricos do passado e reivindicações e demandas antigas.

Quanto à complexificação da cooperação intra-bloco, nos níveis políticos (decisórios) e técnicos (harmonização de políticas), há maior ênfase nas questões econômicas e ambientais, em comparação com as políticas e sociais. Tal qual observamos nas Convenções da ONU mencionadas pelo Brics ao longo dos anos, questões como os empréstimos e financiamentos, além da dinâmica comercial, reforçado pelo interesse no fim da dependência do sistema dolarizado são algumas dessas evidências. As agendas sociais como saúde, proteção social, segurança alimentar e nutricional, não parecem ter o mesmo destaque.

Isso é condizente com uma construção de narrativa mais dedicada a medidas propositivas. O termo “Sul global” - com exceção da última declaração de Kazan (2024) - quase não

18 Apesar de não haver uma estrutura existente para as Declarações, notamos que os 16 artigos resultantes da Cúpula de 2009 se transforma em 50 artigos no quarto encontro em 2012, 110 artigos em 2016 e chega aos 134 artigos na última Declaração de 2024 que tem 33 páginas, marcada por inúmeros posicionamentos e propostas de iniciativas.

aparece, mas há uma defesa insistente do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, do compromisso dos países da OCDE em destinar 0,7% do seu PIB a AOD, da conclusão da Rodada Doha na OMC e da urgente reforma de instituições internacionais - como o CSNU e o FMI, por exemplo - para que sejam espaços mais representativos das vozes do Sul global.

Pressupor que há uma construção de narrativa por trás da atuação do Brics forma parte das atuais discussões sobre as propostas da plataforma para reformar o sistema internacional. Isso, por sua vez, supõe um alinhamento às perspectivas teóricas críticas nas investigações científicas (Autores, 2024; Bezerra e Bueno; 2022). Nos parece importante reconhecer que a enunciação de narrativas, tal qual discutido anteriormente, é outra forma de manifestação da agência do grupo nas relações internacionais atuais.

Nesse sentido, vale lembrar que o G77+China recentemente retomou a necessidade de pautar a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Com o apoio da Rússia, a Cúpula de Havana do bloco, de janeiro de 2024, anunciou a realização do Congresso da NOEI 1974-2024 em comemoração aos 50 anos da Declaração de Estabelecimento da NOEI e seu Plano de Ação da Assembleia Geral das Nações Unidas.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A.; FOLLY, M. **O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização do BRICS** In Baumann, R. (ed.) BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015. pp. 79-114. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf. Acesso em: 1 jan. 2024.
- ALDEN, Chris; MORPHET, Sally e VIEIRA, Marco Antonio. **The South in World Politics**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.
- AUTORES. **O Brics, o Sul Global e a transformação da ordem mundial: um Novo Banco de Desenvolvimento**. Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.15, 2024. DOI: 10.12957/rmi.2024.83564. Acesso em: 1 jan. 2024.
- AUTORES. Replication Data for: A construção da narrativa do Brics: logros na mudança da ordem mundial. **Harvard Dataverse**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/TPMT4Z>. Acesso em: 21 out. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEZERRA, V., BUENO, E. **Elements of Critical Theory in BRICS: An evaluation of BRICS's critique of global affairs**. Vestnik of Saint Petersburg University. International Relations, 2022, vol. 15, issue 3, pp.330-345. <https://doi.org/10.21638/spbu06.2022.307>. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BOND, P; GARCIA, Ana Saggiaro. Perspectivas críticas sobre o Brics **Tensões mundiais** [Dossiê] Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, 2014. p. 15-40.
- BUZAN, Barry e ACHARYA, Amitav. Re-imagining International Relations World Orders in the Thought and Practice of Indian, Chinese, and Islamic Civilizations. **Cambridge University Press**, 2022.
- BRIC. *Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders*. Ecaterimburgo, Rússia, 16 jun. 2009. Yekaterinburg: BRIC, 2009. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/cupulas-antteriores/joint-statement-of-the-bric-countries-leaders.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRIC. *II BRIC Summit of Heads of State/Government - Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders*. Brasília, Brasil, 15 abr. 2010. Brasília: BRIC, 2010. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/cupulas-antteriores/ii-bric-summit-of-heads-of-state-government-joint-statement.pdf/@download/file>. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. *Declaração de Sanya – Reunião de Líderes*. Sanya, Hainan (China), 14 abr. 2011. Sanya: BRICS, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. *Fourth BRICS Summit – Delhi Declaration*. Nova Déli, Índia, 29 mar. 2012. Delhi: BRICS, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/quarta-cupula-dos-brics-parceria-dos-brics-para-a-estabilidade-seguranca-e-prosperidade-declaracao-de-nova-delhi-nova-delhi-29-de-marco-de-2012. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. *E-Thekwini Declaration*. Durban (África do Sul), 27 mar. 2013. Durban: BRICS, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. *Fortaleza Declaration*. Fortaleza, Brasil, 15 jul. 2014. Fortaleza: BRICS, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014. Acesso em 1 jan. 2024.
- BRICS. *Ufa Declaration*. Ufa, Rússia, 9 jul. 2015. Ufa: BRICS, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do

- brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. Goa Declaration – 8th BRICS Summit. Goa, Índia, 15-16 out. 2016. MRE – Brasil, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-do-brics-goa-india-15-e-16-de-outubro-de-2016-declaracao-e-plano-de-acao-de-go. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. Xiamen Declaration – 9th BRICS Summit. Xiamen, China, 4 set. 2017. MRE – Brasil, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. Johannesburg Declaration – 10th BRICS Summit. Joanesburgo, África do Sul, 25-27 jul. 2018. MRE – Brasil, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. Brasília Declaration – 11th BRICS Summit. Brasília, Brasil, 14 nov. 2019. MRE – Brasil, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. Moscow Declaration – 12th BRICS Summit. (12ª Cúpula) Moscou, Rússia, via videoconferência, 17 nov. 2020. Moscou: BRICS, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. New Delhi Declaration – 13th BRICS Summit. Nova Déli, Índia, 09 set. 2021. Índia: BRICS, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiii-cupula-brics-declaracao-de-nova-delhi. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. Beijing Declaration – 14th BRICS Summit. Pequim, China, 23 jun. 2022. Ministério das Relações Exteriores da Índia / BRICS, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRICS. *Johannesburg II Declaration*. Sandton, Gauteng (África do Sul), 23 ago. 2023. Johannesburg: BRICS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompah-e-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises/jhb-ii-declaration-24-august-2023.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2024.
- BRUN, Elodie. Atores estatais e a etiqueta “Sul”: um estigma estrategicamente invertido. In: Kraychete, Elsa S.; Milani, C.R.S. (orgs.) **Política externa e desenvolvimento no Sul geopolítico**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 373.
- CAIXETA, M.; MENEZES, R. **Desafios atuais para a cooperação sul-sul**: as desigualdades e o sul global. Revista Monções, Dourados, V.10, N°20, jul. /dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i20.13341>. Acesso em: 1 jan. 2024.
- CARMODY, Pádraig. BRICS’ Enlargement: Power Expansion or Contraction in a Changing World Order? [Policy Debate of the Hour] **EconPol Forum I**, January Volume 25, 2024.
- CHATURVEDI, S. et al. Development Cooperation in the Context of Contested Global Governance. In S. Chaturvedi, et. al. (Ed.). **The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda**. Londres: The Palgrave Macmillan, 2021. pp. 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-57938-8>. Acesso em: 30 set. 2023.
- COX, R. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millenium Journal of International Studies**, vol. 12 n. 2. 1983. Social forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. **Millenium Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, 1981.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Textual Analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.
- GIACCAGLIA, C et al. (eds.) **Soplan nuevos vientos: ¿Tiempos nuevos para BRICS?** Marcos conceptuales y pujas de poder en la negociación de la agenda internacional. UNR Editora, 2022. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/items/9fd069f4-8233-4eed-b57d-545fc741b32a>. Acesso em: 10 out. 2024
- GIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MIELNICZUK, Fabiano. Entrevista: Brasil se afasta do BRICS? GGN Agenda do Mundo. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SPsUsqi8Tfk>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- NORTON, Ben. BRICS grows, adding 13 new ‘partner countries’ at historic summit in Kazan, Russia. **Geopolitical Economy**, 2024. Disponível em: <https://geopoliticeconomy.com/2024/10/26/brics-13-partner-countries-summit-kazan-russia/> Acesso em: 13 nov. 2024
- PRASHAD, Vijay. **The Poorer Nations**: a possible history of the global South. Londres: Verso, 2012.
- RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso (para a crítica)**: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- SANAHUJA, J.A., Narrativas del multilateralismo: “efecto Rashomon” y cambio de poder. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, n. 101, abril de 2013, pp. 27-54.
- SANTOS, Augusto; CAZZAMATTA, Regina. **Tracking the Visibility of the BRICS Constellation in Brazilian Newspapers**: a longitudinal content analysis (2011-2019). Braz. journal. res., Brasília, Vol. 20, N. 2. August, 2024. DOI: 10.25200/BJR.v20n2.2024.1586. Acesso em: 1 set. 2024.
- STUENKEL, Oliver. **The BRICS and the Future of Global Order**. Nova Iorque: Lexington Books, 2015.
- TICKNER, A.; SMITH, K. (eds.) **International Relations from the Global South**: Worlds of Difference. Londres: Routledge, 2020.
- THUSSU, Daya Kishan; NORDENSTRENG, Kaarle (eds.) **BRICS MEDIA**: Reshaping the Global Communication Order? London & New York: Routledge, 2021.
- WALLERSTEIN, I. Que interesses são atendidos pelos BRICS? **Tensões mundiais**. Fortaleza, v. 10, n. 18, 2014. pp. 485-487.
- WENDT, A. **Teoria social da política internacional**. Rio de Janeiro: Apicuri; PUC-RJ., 2014.
- ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World**. New York e London: W.W. Norton & Company, 2008.